39

OPERAÇÕES POLICIAIS

A cada **9,4 dias**, aconteceu uma operação policial na Maré. Quase **300 horas** de operações policiais.

45

FERIDOS POR ARMA DE FOGO

30 pessoas feridas em operações policiais e **15** pessoas em ações dos grupos armados.

49

MORTES POR ARMA DE FOGO

34 em decorrência de ação policial e **15** por ação dos grupos armados. A cada **7 dias** uma pessoa morreu.

BOLETIM

DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ

04

2019

FOTO: DOUGLAS LOPES

24

DIAS DE **ATIVIDADES SUSPENSAS** NAS ESCOLAS

Os alunos da Maré perderam até **12%** dos dias letivos.

25

DIAS DE **ATIVIDADES SUSPENSAS** EM UNIDADES DE SAÚDE

Estima-se que **15.000 atendimentos** em saúde não foram realizados devido às operações policiais.

FOTO: DOUGLAS LOPES

CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO

O Boletim **Direito à Segurança Pública na Maré** é uma iniciativa da organização não governamental Redes da Maré e tem como objetivo produzir e sistematizar dados referentes aos impactos da violência armada no conjunto das 16 favelas da Maré. A necessidade de organizar os dados aqui expostos surge da emergência de identificar e expor as dinâmicas de violência na região, possibilitando a criação de indicadores e evidências sobre como as violações de direitos ocorrem, especificamente no campo da segurança pública, tendo como referência, também, a percepção e o cotidiano vivido pela população local.

Desde 2016, a Redes da Maré, a partir do seu Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, vem realizando o projeto "De Olho na Maré" que, de forma contínua, sistematiza informações a partir de **cinco fontes centrais:**

1. pesquisa de campo *in loco* em dias de confrontos armados;
2. articulação de uma rede de colaboradores — 147 moradores e 21 organizações atuantes nas favelas da Maré, que contribuem reportando e validando evidências sobre as violências ocorridas;
3. coleta de dados oficiais junto às secretarias de governo municipal e estadual, além das polícias e institutos de pesquisa, como é o caso do Instituto de Segurança Pública (ISP);
4. levantamento em meios de comunicação de massa e redes sociais a respeito dos eventos que ocorrem na região; e
5. ida da equipe do "De Olho na Maré" ao campo, até 48 horas após as situações de confronto armado, com vistas a confirmar a veracidade das informações recebidas, antes de incluí-las no banco de dados.

Nesse sentido, os dados aqui apresentados compõem a **4ª edição do Boletim Direito à Segurança Pública na Maré**, que analisa os dados coletados no período entre janeiro e dezembro de 2019. Entendemos ser fundamental avançar na construção de uma política de segurança pública com o envolvimento das pessoas diretamente afetadas pelo contexto da violência armada na cidade.

É nessa perspectiva que produzir conhecimento e criar estratégias para que políticas públicas sejam pensadas a partir das demandas reais das pessoas que vivem nas favelas é crucial. Nesse caminho, teremos a chance de criar um ambiente onde a preocupação central será garantir a preservação da vida das mais de 1,3 milhão de pessoas que, segundo o IBGE (2010), vivem em favelas no estado do Rio de Janeiro.

Uma leitura geral sobre os dados de 2019

A Maré é um conjunto de 16 favelas com cerca de 140 mil pessoas, residentes em mais de 47 mil domicílios. Neste território, se reproduz um contexto de violências e violações de direitos que impacta de modo marcante a vida dos moradores. O que mais interfere negativamente no cotidiano da população local é a presença de redes ligadas ao comércio de drogas ilegais no varejo ou de grupos paramilitares que exploram alguns serviços básicos, monopolizando, de forma precária, funções que o Estado tem o dever de regular.

Somado a isso, os moradores das favelas da Maré convivem há mais de três décadas com uma atuação dos agentes de segurança pública que não reconhece o direito dessa população à segurança. Ao contrário, a criminaliza, de modo a estabelecer um distanciamento desse contingente, quando desrespeita ou usa práticas que intimidam e criam insegurança e medo no dia a dia. A lógica corrente nesses espaços é belicista, caracterizada por ações pontuais, através de operações policiais marcadas por intensos confrontos armados.

Importante apontar, nesse contexto, que a iminência e a imprevisibilidade dos confrontos bélicos, seja entre os grupos armados ou desses com forças policiais, trazem impactos imensuráveis para a saúde física e mental da população que reside nas favelas da Maré. Ir à padaria, sair para trabalhar, ter a escola ou a unidade de saúde funcionando pode ser simples em outras regiões da cidade, que não as favelas e periferias.

Na realidade, nos dias em que ocorrem confrontos armados, as pessoas que vivem na Maré precisam avaliar e definir qual a opção menos arriscada para sair de casa, o que sempre é um desafio difícil de descrever. Por essa razão, entendemos ser preciso desnaturalizar o fato de que tarefas simples e cotidianas para qualquer cidadão da cidade sejam absolutamente impossíveis, em alguns momentos, para moradores de favelas no Rio de Janeiro.

É preciso refletir sobre os dias em que equipamentos públicos e algumas organizações não governamentais suspendem suas atividades, o comércio fecha, as crianças não podem ir para a rua brincar ou frequentar a biblioteca, entre outros limites, em função de confrontos armados nas favelas da Maré. Essa é uma questão inaceitável no campo dos direitos: as violências e violações que ocorrem em áreas de favelas e periferias são percebidas por uma parte da sociedade como um traço inerente à vida nessas regiões.

Nesse sentido, a mensuração dos impactos das ações de grupos armados e dos agentes públicos da segurança pública configura-se como um dos grandes desafios do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré e, por consequência, do seu projeto de produção de dados, o "De Olho na Maré". A ausência de dados oficiais e, também, a falta de órgãos ligados à justiça próximos aos moradores de favelas dificultam o trabalho de registro e levantamento de informações, que poderiam contribuir no esclarecimento de muitas violências que atingem essas populações.

Nessa lógica, os dados coletados desde 2017 vêm nos mostrando que as violências cometidas no contexto das redes ilícitas e criminosas acontecem de formas variadas e em função de motivações específicas. As ações bélicas desses grupos têm duração, intensidade e impactos que podem ser caracterizados a partir das seguintes questões: **[a]** registros de tiros pontuais, em que são dados disparos por razões de comemoração como, por exemplo, no momento em que algum time de futebol faz um gol; **[b]** situações de tiros com vítimas, necessariamente, não ocorrem a partir

> A **ausência de dados oficiais** e a **falta de órgãos ligados à justiça** próximos aos moradores de favelas dificultam o trabalho de registro e levantamento de informações, que poderiam contribuir no **esclarecimento de muitas violências** que atingem essas populações"

de confrontos entre grupos rivais, mas em função, algumas vezes, de conflitos entre integrantes da própria rede ou de situações externas a ela, porém, consideradas inaceitáveis no contexto da favela, como é o caso de roubo e/ou furto na região e **[c]** confrontos armados por disputa entre dois grupos rivais, caracterizando, em oposição às situações descritas acima, disparos simultâneos, de forma contínua por longo período de tempo, podendo ou não causar vítimas.

Já a análise dos dados coletados desde 2017 sobre as ações que envolvem agentes de segurança pública, demonstra que as operações policiais se tornaram a única forma de atuação desses profissionais nesse espaço. Impressiona, também, que essas incursões acontecem numa lógica de suspensão dos direitos dos moradores das favelas da Maré, sendo marcadas pelo uso de amplo aparato bélico.

Como observado em relação à atuação das redes ilícitas e criminosas, é possível identificar padrões diferenciados sobre como acontecem as operações policiais. Pontuamos aqui questões como motivação, tempo de duração, intensidade dos confrontos armados e impactos mensurados. É importante observar que, em 2019, verificamos três modelos de incursão dos agentes de segurança pública, quais sejam:

> As incursões policiais acontecem numa lógica de **suspensão dos direitos** dos moradores das favelas da Maré, sendo marcadas pelo uso de **amplo aparato bélico**"

A OPERAÇÕES POLICIAIS PLANEJADAS

Geralmente desencadeadas, segundo informações da própria polícia, por denúncias, cumprimento de mandados judiciais ou busca de foragido e/ou acusado de algum crime (nessas ações são utilizados equipamentos bélicos em grande quantidade, com forte armamento, além de carros e helicóptero blindados, causando, normalmente, intensos confrontos os quais duram um longo tempo);

B OPERAÇÕES POLICIAIS "EMERGENCIAIS[1]"

Nesse caso, são ações pontuais realizadas, geralmente, por situações que são justificadas pela demanda de ter ocorrido um flagrante delito, uma perseguição ou, ainda, a recuperação de algum bem ou carga roubada, que não necessariamente envolve algum processo de judicial ou inquérito — foi possível verificar, nesse tipo de incursão, registros de tiros e confrontos armados pontuais, mantendo-se um tempo de duração limitado, que comumente não excedeu a duas horas de atuação policial;

1. A nomenclatura "emergenciais" é utilizada pelas Polícias, em documentos oficiais, para qualificar operações policiais que seriam desencadeadas por "eventos imprevistos e /ou crítico, que visem à salvaguarda da ordem pública, à preservação da vida e de quaisquer outros bens tutelados pela Lei Penal", no caso da Polícia Civil; ou operações "imediatas e motivadas" no caso da Polícia Militar. Porém, questionamos a falta de clareza sobre as motivações que acarretariam estas operações e a necessidade que estas operações policiais acontecem e da maneira como acontecem. Acredita-se que qualquer operação policial deva preceder de planejamento que tenha como centralidade a avaliação de risco que aquela ação pode trazer para terceiros.

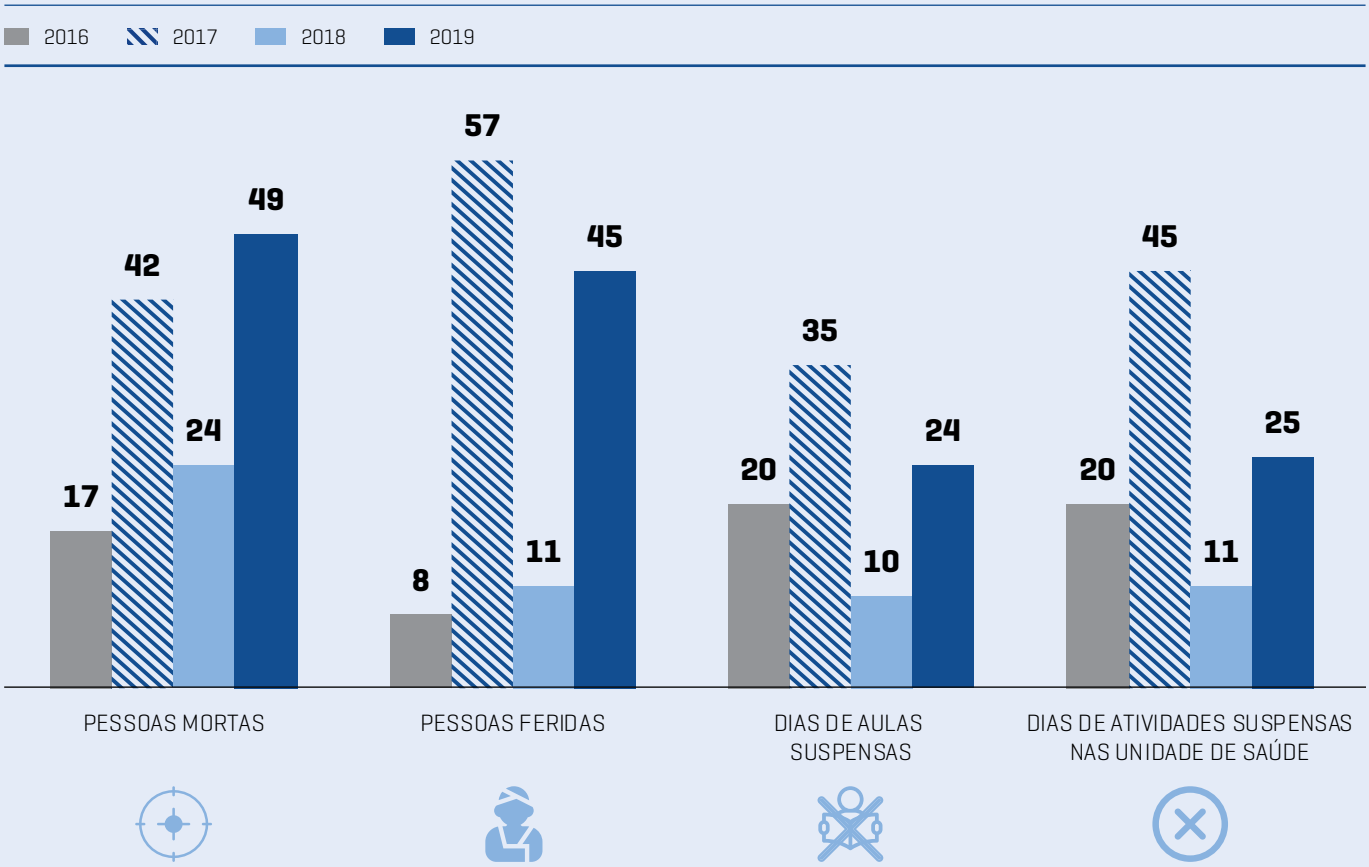
C OPERAÇÕES POLICIAIS POR DEMANDA DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA

São incursões que ocorrem em função de investigações da Polícia Civil. Procedimento muito recente nos casos de vítimas letais dentro das favelas da Maré e que somente aconteceu em alguns casos de homicídios. Nessas situações é utilizado grande aparato bélico, o que muitas vezes deflagra confrontos armados. É importante esclarecer que a perícia tem como objetivo apoiar o processo investigativo no esclarecimento de crimes. Por essa razão, cabe aos agentes da segurança pública, atuantes numa operação policial, por exemplo, a responsabilidade de preservar o local e de informar à Polícia Civil sobre a necessidade de perícia. Mas isso não ocorre, de fato, dentro das favelas da Maré, mesmo sendo esse um procedimento rotineiro na investigação policial em outras regiões do Estado do Rio de Janeiro.

TABELA 1 | **IMPACTO DA VIOLÊNCIA ARMADA POR MÊS EM 2019**

MÊS	OPERAÇÕES POLICIAIS	AÇÕES VIOLENTAS DOS GRUPOS ARMADOS	PESSOAS MORTAS	PESSOAS FERIDAS	DIAS DE AULAS SUSPENSAS	DIAS DE ATIVIDADES SUSPENSAS NAS UNIDADES DE SAÚDE
JAN	2	1	0	1	0	0
FEV	4	0	0	0	1	1
MAR	2	0	2	1	0	1
ABR	1	3	1	5	1	1
MAI	10	5	19	11	4	4
JUN	4	3	5	11	3	3
JUL	5	2	6	10	5	5
AGO	2	3	4	2	2	2
SET	3	0	2	1	2	2
OUT	0	1	0	0	0	0
NOV	3	1	6	2	3	3
DEZ	3	1	4	1	3	3
TOTAL	**39**	**20**	**49**	**45**	**24**	**25**

GRÁFICO 1 | **IMPACTO DA VIOLÊNCIA ARMADA ENTRE 2016 E 2019**



Confrontos entre integrantes de redes ilícitas e criminosas

Ao longo de 2019 foi possível identificar: **[1]** 58 situações que chamamos de registro de tiros pontuais. **[2]** 15 registros de tiros com vítima que somaram 15 mortes e 11 feridos por arma de fogo e **[3]** cinco confrontos bélicos entre as redes ilícitas e criminosas que atuam na região e que resultaram em quatro pessoas feridas. Juntos, esses eventos geraram como consequência, portanto, 15 mortes e 15 feridos. Cerca de 90% dessas ações ocorreram entre as favelas Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Parque Maré e Nova Holanda.

Diferentemente das operações policiais, a maioria (70%) dessas ações aconteceram no período noturno ou nos finais de semana, impactando menos no funcionamento dos serviços existentes na região, com exceção do comércio. Todavia, há muitos relatos que indicam como as pessoas também são prejudicadas em função do medo e do estresse que essas situações provocam. Não por acaso, nesses relatos, são recorrentes as menções ao uso de medicamentos controlados, principalmente os ansiolíticos.

Outra questão fundamental a ser considerada quando pensamos nas violências no contexto das favelas da Maré refere-se às vulnerabilidades a que determinados grupos estão expostos, especificamente, pessoas usuárias de drogas que vivem ou circulam pelas cenas de consumo da região. O que identificamos, nesse caso, de forma muito explícita, são as diferentes violências pelas quais elas passam em função de redes ilícitas e criminosas que atuam nessa área.

Um primeiro aspecto a ser observado, por exemplo, é a vigilância constante e a limitação de circulação que essas pessoas são obrigadas a aceitar para permanecer nessas cenas. Ao longo de 2019, foi possível identificar 10 feridos por arma de fogo e uma morte. As violências físicas, nomeadas como "corretivos" por moradores e frequentadores das cenas, geralmente são aplicadas àquelas que cometeram alguma "falha" considerada grave aos olhos de integrantes das redes aqui mencionadas. Foram registradas também 11 situações em que pessoas foram obrigadas a deixar as áreas que frequentavam nas favelas da Maré.

AÇÕES ENTRE GRUPOS ARMADOS

20

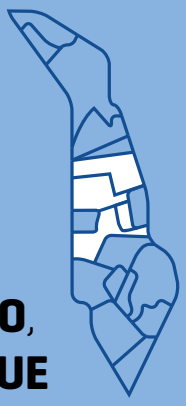
AÇÕES VIOLENTAS ENTRE GRUPOS ARMADOS

15 registros de tiros com vítima e **5** confrontos armados.

58

REGISTROS DE TIROS

90%



OCORRERAM ENTRE AS FAVELAS **BAIXA DO APATEIRO**, **NOVA MARÉ**, **PARQUE MARÉ** E **NOVA HOLANDA**

70%

ACONTECERAM NO **PERÍODO NOTURNO** OU **FINAIS DE SEMANA**

Confrontos entre agentes da segurança pública e grupos armados

A partir do monitoramento, foram contabilizadas 39 operações policiais ocorridas em diferentes favelas da Maré, em 2019. Dessas, 25 operações policiais planejadas; 11 emergenciais e 03 para realização de perícias. Em todas essas incursões houve confrontos armados que impactaram sobremaneira no cotidiano dos moradores da região.

Indicamos, também, que 90% das operações policiais planejadas foram responsáveis pela suspensão de atividades em equipamentos públicos e que 97% dos registros de letalidade por intervenção de agentes do Estado resultaram dessas operações. Já nas operações policiais "emergenciais", registramos a paralisação de serviços por duas vezes, porém, o fato de acontecerem de forma repentina e fora do horário padrão, como normalmente ocorre nas planejadas, gera insegurança e temor pelo que pode acontecer de modo diferente do que já é conhecido pela população nos momentos de atuação dos agentes da segurança pública na região. Os resultados nas "emergenciais" foram uma pessoa morta, quatro feridas por arma de fogo e cinco pessoas que sofreram alguma violação de direito, envolvendo entrada na casa de morador sem mandado ou autorização judicial, cárcere privado de adolescente, dentre outras violações.

Como impacto direto à população das favelas da Maré, as 39 operações policiais deixaram como resultado 34 pessoas mortas e 30 feridas por armas de fogo. Identificamos, também, 24 dias de aulas suspensas nas 46 unidades escolares municipais existentes na região, as quais atendem em torno de 16 mil alunos nos ciclos do ensino fundamental, além das duas unidades de ensino médio expostas à mesma condição. Essa questão, para a qual temos chamado atenção, de forma recorrente, vem gerando um prejuízo

OPERAÇÕES POLICIAIS NA MARÉ | **2019**

25 **PLANEJADAS**

03 **PERÍCIAS**

11 **"EMERGENCIAIS"**

90% **DAS OPERAÇÕES POLICIAIS PLANEJADAS** FORAM RESPONSÁVEIS PELA SUSPENSÃO DE ATIVIDADES EM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

97% **DOS REGISTROS DE LETALIDADE POR INTERVENÇÃO DE AGENTES DO ESTADO** RESULTARAM DESSAS OPERAÇÕES

FOTO: DOUGLAS LOPES

imensurável para os estudantes da rede educacional da Maré, pelo fato de não haver uma reflexão permanente sobre como encontrar alternativas que possam minimizar as perdas causadas, por exemplo, pelos 12% de interrupção, em 2019, dos dias letivos previstos pela Lei Nacional de Diretrizes e Bases da Educação.

Entendemos ser fundamental a criação de uma agenda permanente anual que reflita de forma coletiva — alunos, professores, pais, mães, direção, profissionais administrativos, gestores da Secretaria de Educação e organizações da sociedade civil — sobre formas concretas de reposição das aulas perdidas. Em vez disso, como medida prática, o que vem ocorrendo é a redução do horário de saída dos estudantes diariamente.

Seguindo o mesmo padrão, as Unidades Básicas de Saúde — clínicas da família e centros municipais de saúde — suspenderam suas atividades por 25 dias em 2019. Os profissionais deixaram de realizar em torno de 15 mil atendimentos diretos, além de outros prejuízos aos usuários tendo em vista os serviços diários prestadores nas estruturas de saúde, como aferimento de pressão, aplicação de insulina, remoção de pacientes que, por vezes, é negada a estas unidades sob alegação de que "a ambulância não entra em área de risco", dentre outras necessidades. Também temos falado sem cessar sobre outro aspecto difícil de estimar: os efeitos dos confrontos armados na saúde mental dos moradores das favelas Maré, bem como dos profissionais da saúde que atuam neste espaço.

Nesse sentido, é que está em realização desde início de 2019 e continuará em 2020, na Redes da Maré, pesquisa quantitativa e qualitativa sobre os efeitos da violência armada na saúde mental da população da Maré. O trabalho compõe uma amostra com mais de 1000 entrevistas a moradores, viabilizada a partir de uma parceria entre a Queen Mary University of London, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, UFRJ e UFRGS, além de uma instituição ligada, também, à Queen Mary, o People Pallace Project. Em breve, com os resultados obtidos por meio dessa parceria, vamos refletir, de forma mais cuidadosa e qualificada, sobre como vem ocorrendo o processo de dor e sofrimento das pessoas em função do não estabelecimento do direito à segurança pública na Maré.

07

UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

25.000 pessoas cadastradas por unidade. Em média, são feitos **250** atendimentos diários.

15 MIL

ATENDIMENTOS EM SAÚDE SUSPENSOS EM 2019

A CADA **15** **DIAS** A MARÉ FICOU **SEM ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE** DEVIDO ÀS OPERAÇÕES POLICIAIS

FOTO: DOUGLAS LOPES

Impactos da violência armada na Maré

Dando continuidade aos dados coletados pelo projeto "De Olho na Maré" em 2019, houve 117 dias de tiroteios em diferentes partes da Maré, englobando os que ocorreram durante operações policiais ou em ações das redes ilícitas e criminosas. Desse modo, a cada três dias do ano os moradores da região tiveram que conviver com a presença de tiros. Os números aqui expostos impressionam pelo processo que vem se configurando ao longo do tempo: entre 2016 e 2019, por exemplo, foram contabilizadas 132 vítimas letais, 121 pessoas feridas por armas de fogo, além dos impactos psicológicos, econômicos e sociais já pontuados anteriormente neste Boletim. Assim, sistematicamente, os direitos coletivos são limitados pelo contexto de violência armada nas favelas, de modo geral. Nesses três anos computamos, também, que os alunos tiveram menos 89 dias de aulas do que o total previsto pelo calendário escolar e, 60 dias sem atendimento nas unidades de saúde para a população local.

Discutir os impactos da violência armada na vida da população das favelas requer pensar em estratégias que mitiguem a circulação de armas de fogo nas regiões consideradas periféricas. Mas também, no Estado e no país, já que se trata de algo crucial para diminuir o número assustador de homicídios no Brasil.

"A violência armada se mostra contínua no território da Maré e a **iminência e imprevisibilidade dos confrontos** armados traz **impactos imensuráveis** para a saúde física e emocional da população"

LETALIDADE VIOLENTA

ESTADO RJ 2018

81%

DE MORTES POR ARMA DE FOGO[3]

Em 2018, das **6714** vítimas de letalidade violenta no estado, **5453** foram mortas por arma de fogo.

O ESTADO DO RJ POSSUI O **MAIOR NÚMERO DE VÍTIMAS DE LETALIDADE VIOLENTA** NO PAÍS, PORÉM OCUPA O

14º

LUGAR EM APREENSÃO DE ARMAS.[4]

MARÉ 2019

MAIOR NÚMERO DE OPERAÇÕES POLICIAIS:

39

MAIOR NÚMERO DE LETALIDADE VIOLENTA EM OPERAÇÕES POLICIAIS:

34

OPERAÇÕES POLICIAIS COM REGISTRO DE APREENSÃO DE ARMAS:

14

Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP), em 2018, 81% dos casos de letalidade violenta[2] no Estado do Rio de Janeiro foram provocados por armas de fogo. Isso significa que das 6.714 vítimas de letalidade violenta no Estado, 5.453 pessoas foram mortas por arma de fogo. Caso tivéssemos uma política pública de segurança que, de fato, fosse comprometida com a preservação da vida da população em geral, reduzir a circulação de armas de fogo em todo o território nacional deveria ser a prioridade máxima da estratégia em segurança pública.

Sustentando-se nesse princípio, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, organizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, acrescenta, ao analisar esses dados, que o Rio de Janeiro foi o estado com o maior número absoluto de letalidade violenta a partir dos números elencados acima; sendo também aquele que está em 14º no ranking de apreensão de armas de fogo por efetivo de policiais.

Os dados da letalidade violenta nas favelas da Maré, bateu o recorde de 49 pessoas mortas. Entretanto, ao analisarmos os dados de apreensões de armas divulgados pelas forças policiais, percebemos que das 39 operações policiais, apenas 14 registraram apreensões de armas. Dados como estes demonstram a ausência de compromisso da política de segurança com o bem maior e inegociável, que é o direito à vida.

Dessa maneira, combater o tráfico nacional e internacional de armas, a partir de ações de investigação e inteligência, com o devido planejamento e lógica para mitigar os efeitos bélicos que vêm caracterizando o histórico da atuação das polícias deve ser o foco central da política de enfrentamento de redes ilícitas e criminosas pelo Estado.

2. Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), letalidade violenta é o conjunto das ocorrências em que há vítima fatal, decorrente de uma agressão deliberada. O termo será abordado com maior profundidade no último ponto deste Boletim.

3. FONTE: Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

4. FONTE: Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Quase 300 horas de operações policiais na Maré

A circulação cotidiana de agentes de segurança pública, seja em função de trabalho ostensivo e preventivo, de processos investigativos e de cumprimento de mandados judiciais deveria ser comum a toda a cidade. Porém, em áreas periféricas percebemos que essa forma de atuar está longe de acontecer. Nas 16 favelas que compõem a Maré, a circulação dos agentes policiais é feita de forma esporádica e sempre violenta. Não há, de maneira geral, maior aproximação com a população e, em grande medida, a ação das forças policiais na região é marcada por confrontos bélicos.

Assim, ao longo de 2019 foram 281 horas de operações policiais no conjunto de favelas da Maré — exceto na Praia de Ramos e Roquete Pinto — onde predomina um tipo específico de rede ilícita e criminosa. Em razão desse quadro, podemos perguntar: Qual o resultado prático desse tipo de presença na região? Quanto de recurso público foi gasto nessas atuações na Maré? O que se avançou na garantia do direito à segurança pública dos moradores ou, mesmo, no enfrentamento das redes ilícitas e criminosas?

As respostas a essas questões não são simples, mas se pode depreender que essa forma das polícias lidarem com as violências que ocorrem nas favelas da Maré tem causado muita tensão e sofrimento aos moradores. O temor da população é legítimo, uma vez que as práticas usuais dos agentes da segurança pública, de forma objetiva, são as seguintes: **[1]** invasão de casas sem mandado judicial, há registros desse tipo de ação em **28 residências** no ano de 2019, **[2]** abordagem com brutalidade, principalmente, de adolescentes e jovens negros, **[3]** xingamentos e insultos às mulheres, normalmente; dentre outros comportamentos que não condizem com o trabalho de um profissional que cumpre com seriedade o seu trabalho no campo da segurança pública.

Outro fato inegável, o qual evidencia o tratamento desigual das polícias dentro das favelas e periferias em relação às áreas distintas a essas na cidade, diz respeito ao procedimento de perícia quando acontece um homicídio. Em três situações, em 2019, a Redes da Maré precisou acionar diretamente a Delegacia de Homicídios — DH — para que fosse feita perícia criminal de alguns crimes ocorridos em diferentes regiões da Maré.

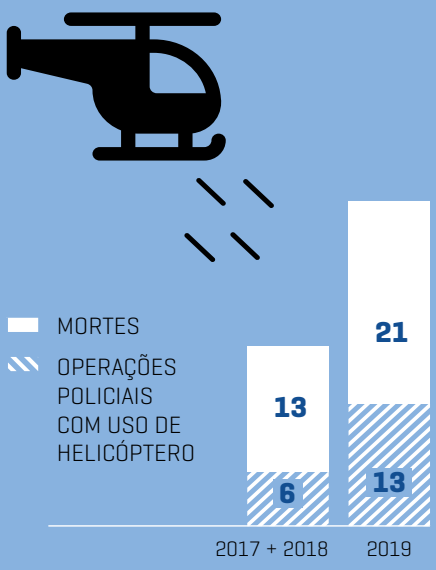
34

MORTES EM OPERAÇÕES POLICIAIS

25 em que policiais teriam desfeito a cena do crime sob a afirmação de **"socorro à vítima"**.

62%

DAS MORTES POR INTERVENÇÃO DE AGENTES DO ESTADO FOI EM **OPERAÇÕES COM USO DE HELICÓTERO**



281 HORAS DE **OPERAÇÃO POLICIAL** NA MARÉ

Vale destacar o fato de que esse movimento, contudo, faz parte da rotina de trabalho das forças policiais, de modo geral, em outras partes da cidade, cabendo aos agentes policiais o acionamento para este trabalho.

Em duas das três perícias realizadas, o local do crime se manteve preservado. Em ambos os casos, a preservação do espaço foi feita, com muita dificuldade, por meio da mobilização de moradores e organizações da Maré que acompanhavam os casos. Para se ter uma ideia da gravidade do que ocorre nas práticas policiais nos territórios de favela, das 34 mortes que ocorreram nas operações policiais na Maré, identificamos que em 25 delas, pelo menos, os policiais desfizeram a cena do crime sob a afirmação de "socorro à vítima". Esse procedimento foi endossado pela assessoria de imprensa dos órgãos de polícia que afirmaram em e-mail padrão, respondendo consulta da Redes da Maré, que teria havido a necessidade de retirar os corpos dos lugares onde os delitos aconteceram para "prestar socorro" às vítimas — afirmação que vai de encontro com os registros dos hospitais da região que demonstram que as vítimas chegam ao hospital em óbito.

Esse procedimento corriqueiro da polícia ilustra bem porque se torna muito difícil esclarecer os crimes ocorridos dentro das favelas. Reunir provas e mostrar as evidências de como eles acontecem é tarefa quase impossível. Mas esse tem sido, também, um dos desafios do Eixo de Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré, na busca pelo estabelecimento de um ambiente onde a segurança pública possa ser reconhecida como direito para as populações de favelas e periferias.

Desde 2016, quando iniciamos esta pesquisa de monitoramento dos impactos dos confrontos armados nas 16 favelas da Maré, com foco na atuação dos profissionais da segurança pública, não registramos qualquer ação policial nas áreas de Ramos e Roquete Pinto. Chama atenção que não haja nenhuma forma de trabalho das polícias no cotidiano desses dois territórios; justamente os que são ocupados por grupos paramilitares, e onde, também, está localizada uma base física, bem precária, na realidade, da polícia militar. Há outras estruturas da polícia militar na região das 16 favelas da Maré que ficam no Parque União, de pequeno porte e, ainda, o 220 Batalhão de Polícia entre Nova Holanda e Parque Rubens Vaz.

> "É muito difícil **esclarecer os crimes** ocorridos dentro das favelas. Reunir **provas** e mostrar as **evidências** de como eles acontecem é tarefa quase impossível"

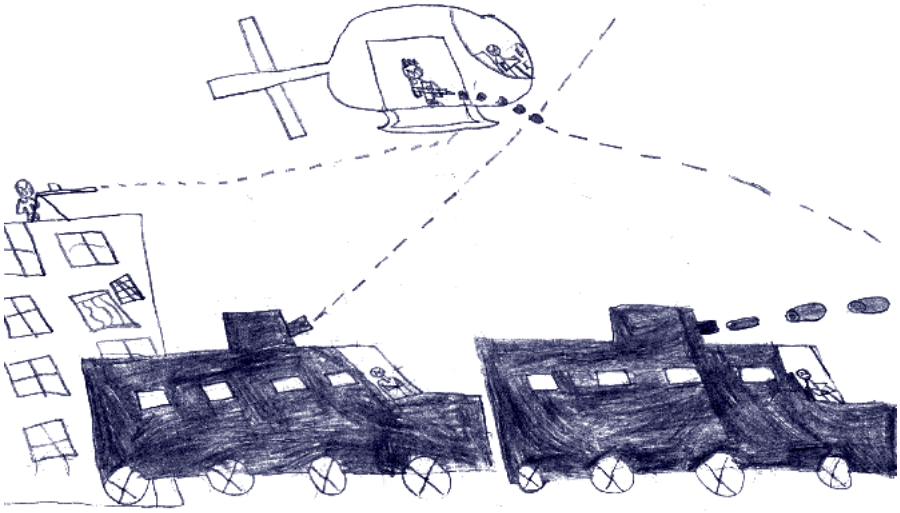
Outro ponto de reflexão é sobre a dinâmica de atuação das polícias na favela Marcílio Dias, que fica em um dos extremos da região da Maré, principalmente na localidade conhecida como Kelson. Em 2019, foi possível observar um aumento expressivo das operações policiais na referida favela, totalizando 12 ações.

Das 12 operações ocorridas na localidade, registramos que cinco foram planejadas e sete "emergenciais", sendo todas com a presença do 16° Batalhão de Polícia Militar. Chama a atenção no caso de Marcílio Dias a dificuldade de se conseguir informações oficiais, pois constatamos que em seis das 12 operações policiais, as assessorias de comunicação negaram ou desconheciam a realização destas ações no território. Esse é um fato grave que precisa ser elucidado com urgência.

Ainda sobre a atuação das forças de segurança na Maré, foi possível apurar que há um predomínio de operações da Polícia Militar em contraponto às da Polícia Civil — participaram de 77% e 33% das operações, respectivamente. Em quatro das operações realizadas na região da Maré, os profissionais atuaram de forma conjunta com diferentes delegacias

especializadas, no caso da polícia civil, e distintos batalhões de atividades específicas. Das 39 operações policiais ocorridas, registramos a presença do Comando de Operações Especiais da Polícia Militar (COE) em 21 delas; e nas nove operações da Polícia Civil a Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) esteve presente. Não houve nenhuma entrada de tropas federais nas favelas da Maré ao longo de 2019.

Não podemos deixar de enfatizar, nesse contexto, uma prática dos agentes da segurança pública que tem se tornado recorrente nos últimos anos, não só nas favelas da Maré, mas também, em outras regiões periféricas no Rio de Janeiro. Destaque para a utilização de helicópteros blindados, apelidados de "caveirão voador", como plataforma de tiros em voos rasantes bem próximos a residências, escolas e unidades de saúde. Como disse um morador, o helicóptero "mais parece uma arma de guerra". Numa operação policial do dia 06 de maio de 2019, no Conjunto Esperança, como já observado em outras situações[5], o helicóptero, juntamente com blindados terrestres, em determinado ponto da favela, encurralaram quatro pessoas ligadas a redes ilícitas, que correram e entraram em duas casas. Segundo relato de moradores, em uma delas, os jovens teriam jogado as armas no chão e se renderam com as mãos para o alto. Mesmo agindo dessa maneira, eles foram assassinados na presença de moradores e os corpos foram arrastados do terceiro andar do domicílio em que se encontravam até a rua.



Logo em seguida, nessa operação, foram registradas as mortes de mais quatro pessoas, na mesma rua onde aconteceram os quatro homicídios anteriores. Dessa vez, numa casa onde, supostamente, residiam integrantes de redes ilícitas, foi relatado ao "De Olho na Maré", por vários moradores, que os quatro jovens que ali estavam foram atingidos, o que os levou à morte. Ou seja, em apenas um dia em uma rua, oito jovens, na maioria negros, foram sumariamente assassinados por agentes que deveriam resguardar seus direitos.

Do mesmo modo, ao longo deste ano ocorreram mais operações policiais nas favelas da Maré com a utilização do helicóptero do que nos dois anos anteriores juntos. Nos anos de 2017 e 2018, foram seis operações policiais com uso de helicóptero, totalizando oito mortes. Já em 2019, aconteceram 13 operações, que ocasionaram 21 mortes, ou seja, 62% das mortes por intervenção de agentes do Estado aconteceram em operações policiais com uso do helicóptero. Comparando a letalidade por operação policial nas favelas da Maré em 2019, oito das 13 operações com helicóptero tiveram registro de morte. Dessa forma, podemos concluir que o uso desse instrumento no trabalho policial em favelas contribui de forma significativa para o aumento da letalidade, uma vez que, da forma como vem sendo utilizado, oferece maior risco de morte para a população local.

Também por essa razão, o uso deste equipamento em operações policiais em favelas vem sendo questionado pela sociedade civil, além de vários especialistas da área. Uma Ação Civil Pública foi protocolada, neste sentido, pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e outra no Superior Tribunal Federal. Esses processos judiciais solicitam a suspensão do uso do helicóptero como plataforma de tiro em operações policiais e pedem que seja realizada uma ampla discussão com a sociedade sobre assunto.

Ao mesmo tempo, a Polícia Civil criou uma medida que propõe um protocolo sigiloso para o uso de helicóptero com essa finalidade. Isso significa que não será divulgado para a sociedade o que, de fato, ocorre numa operação com o uso desse equipamento. Tampouco, haverá escuta e diálogo com a população sobre essa forma de atuar das policiais.

5. Há de se lembrar da operação policial do dia 20 de junho de 2018, que vitimou o menino Marcos Vinicius e também outros cinco jovens, que foram mortos e jogados do 3o andar de um prédio por policiais. Nesta operação, os policiais seguiram o mesmo modo de atuação conjunta com helicóptero e soldados em terra para "encurralar e executar" jovens dentro de domicílios.

A CADA

8

HORAS DE ATUAÇÃO POLICIAL

NA MARÉ,

1

PESSOA MORREU

17

OPERAÇÕES POLICIAIS

TIVERAM DURAÇÃO SUPERIOR A

8

HORAS CONSECUTIVAS

TABELA 3 | **IMPACTO DAS OPERAÇÕES POLICIAIS NA MARÉ**

OPERAÇÕES POLICIAIS (TOTAL)	39
PESSOAS MORTAS	34
PESSOAS FERIDAS	30
DIAS SEM AULAS	24
DIAS SEM POSTOS DE SAÚDE	25

TABELA 4 | **OPERAÇÃO POLICIAL SEGUNDO A PARTICIPAÇÃO DE CADA UNIDADE POLICIAL | 2019**

ESFERA POLICIAL	UNIDADE OPERACIONAL	TOTAL DE OPERAÇÕES
POLÍCIA MILITAR	BAC	21
	BOPE	21
	CHOQUE	21
	16ºBPM	9
	GAM	4
	22ºBPM	2
POLÍCIA CIVIL	CORE	9
	DCOD	2
	DRFC	4
	DH	3

TABELA 5 | **AGENTES RESPONSÁVEIS PELAS OPERAÇÕES POLICIAIS**

POLÍCIA MILITAR	26	67%
POLÍCIA CIVIL	9	23%
POLÍCIA MILITAR E CIVIL	4	10%

TABELA 6 | **OPERAÇÕES POLICIAS POR FAVELA ATINGIDA**

FAVELA	Nº DE OPERAÇÕES	% SOBRE O TOTAL DE OPERAÇÕES
NOVA HOLANDA	15	38%
PARQUE UNIÃO	14	35%
MARCÍLIO DIAS	12	30%
PARQUE MARÉ	12	30%
RUBENS VAZ	11	28%
MORRO DO TIMBAU	9	23%
VILA DO PINHEIRO	8	20%
BAIXA DO SAPATEIRO	7	18%
SALSA & MERENGUE	7	18%
CONJUNTO ESPERANÇA	6	15%
CONJUNTO PINHEIRO	6	15%
VILA DO JOÃO	6	15%
NOVA MARÉ	5	13%
BENTO RIBEIRO DANTAS	4	10%
PRAIA DE RAMOS	0	0%
ROQUETE PINTO	0	0%

Hoje é segunda-feira, está tendo operação no Complexo da Maré. Hoje eu e a mãe do meu filho estamos aqui na UTI fazendo uma cirurgia de risco no meu filho. A gente se preparou mais de três meses para essa cirurgia e eu estou aqui muito indignado com o que está acontecendo onde eu moro. Hoje é um dia muito feliz na nossa vida, é um dia que a gente agradeceu muito a Deus porque, graças a Deus, a cirurgia do meu filho, que está aqui na cama foi um sucesso, mas, por outro lado, estou muito indignado. O cara que se diz profissional da polícia teve a audácia de entrar na minha casa e saquear, porque pra mim foi um roubo. Você que pegou esse dinheiro e bagunçou minha casa toda, você está pegando o dinheiro dele, meu filho. Pouco mais de três salários mínimos que a gente juntou mais de três meses com muito suor porque a gente trabalha. Porque isso é roubo, entrar dentro da casa dos outros, pegar o dinheiro, quebrar quase tudo da casa, vocês estão pegando o dinheiro do meu filho, pro tratamento dele."

MORADOR DA FAVELA SALSA & MERENGUE, NA MARÉ

Violações de direitos fundamentais

O texto da Constituição Federal de 1988 diz que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante de delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. Na Maré, entretanto, a invasão de domicílio é uma das violações de direitos recorrentes em dias de confrontos armados. Entre 2016 e 2019, foram contabilizadas pelo "De Olho na Maré" 66 situações de invasões de domicílio.

De janeiro a dezembro de 2019, o projeto "De Olho na Maré!" registrou que 140 pessoas passaram por 265 violações de direitos fundamentais, como: cárcere privado, dano ao patrimônio, invasão à domicílio, violência física, violência psicológica, assédio sexual, ameaça e morte. Dessas, 38% das violações foram contra o direito à vida. A partir do plantão *in loco* em dias de confronto armado, verificamos que 78% das pessoas tiveram seus direitos violados por agentes da segurança pública, dessas, 81% em operações da Polícia Militar e 19% em operações da Polícia Civil.

GRÁFICO 2 | **NÚMERO DE VÍTIMAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DE ACORDO COM AGENTE RESPONSÁVEL**

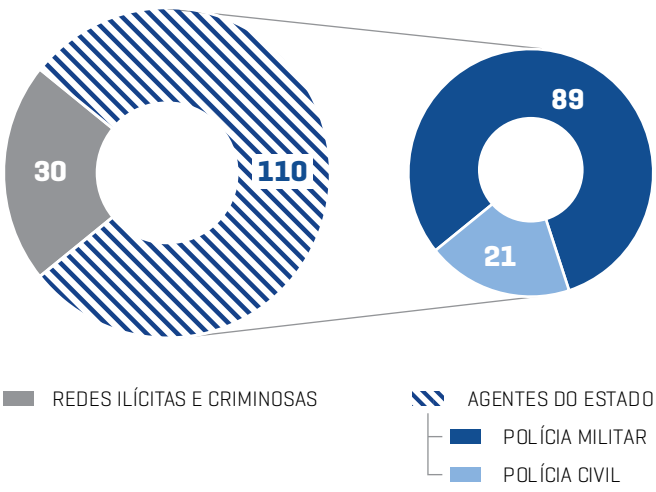


TABELA 7 | **Nº DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS POR TIPO**

TIPO DE VIOLAÇÃO	Nº DE RELATOS	% SOBRE O NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS
MORTE	49	18,5%
VIOLÊNCIA FÍSICA	47	17,7%
FERIDO	45	17,0%
INVASÃO A DOMICÍLIO	26	9,8%
DANO AO PATRIMÔNIO	22	8,3%
VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA	18	6,8%
SUBTRAÇÃO DE PERTENCES	17	6,4%
AMEAÇA	17	6,4%
VIOLÊNCIA VERBAL	14	5,3%
CÁRCERE PRIVADO	5	1,9%
TORTURA	4	1,5%
ASSÉDIO SEXUAL	1	0,4%
TOTAL	**265**	**100%**

Um olhar mais minucioso sobre os casos de violações de direitos, em 2019, nas favelas da Maré, revela que as vítimas de letalidade violenta são em sua maioria homens, representando 94% casos. Porém, isolando as outras formas de violações de direitos fundamentais, podemos perceber que acometem, prioritariamente, as mulheres, somando 58% das ocorrências. Mesmo nos casos de violações de direitos cometidas contra homens, geralmente, são as mulheres que buscam acolhimento e orientação psicossocial e jurídica junto à Redes da Maré. Historicamente, na região e, de certa forma, como uma tendência mundial, as mulheres seguem liderando processos de luta por ampliação e garantia de direitos fundamentais. No plantão de acolhimento aos moradores que sofrem algum tipo de violência e/ou violações de direitos, mantido pelo projeto "Maré de Direitos" nos dias de confrontos armados, as mulheres compõem a grande maioria das pessoas atendidas

A partir dos dados de violação de direitos na Maré, estamos debatendo se o princípio constitucional que estabelece que os direitos fundamentais são válidos para todos os povos e em todos os tempos tem realmente alcançado a Maré. Se esses direitos advêm da própria natureza humana, sendo invioláveis, intemporais e universais, deveriam ser cumpridos nas favelas e periferias como em qualquer outro espaço do território nacional. Afinal, a Favela é a cidade.

140

PESSOAS
PASSARAM POR

265

VIOLAÇÕES DE DIREITOS

94%

DAS VÍTIMAS DE **LETALIDADE VIOLENTA** SÃO DO GÊNERO **MASCULINO**

58%

DAS VÍTIMAS DAS DEMAIS **VIOLAÇÕES DE DIREITOS** EM OPERAÇÕES POLICIAS SÃO DO GÊNERO **FEMININO**

FOTO: DIEGO JESUS

Refletindo sobre a letalidade violenta na Maré

Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), *letalidade violenta* é o conjunto das ocorrências em que há vítima fatal, decorrente de uma agressão deliberada. Dessa forma, o ISP considera quatro categorias que compõem esse indicador: homicídio doloso, morte por intervenção de agente do Estado; latrocínio (roubo seguido de morte) e lesão corporal seguida de morte.

Para fins de análise neste boletim, devido às especificidades ligadas ao contexto de violência armada na região, subdividimos esta categoria em: **[1]** morte por intervenção de agentes do Estado, aquelas que ocorreram em dias de operações policiais; **[2]** morte por intervenção de grupos armados[6].

Em 2019, as favelas da Maré tiveram 49 vítimas de letalidade violenta, ou seja, a cada 7 dias uma pessoa morreu na Maré. Esse número representa mais do que o dobro de mortes em comparação com o ano de 2018. Das mortes identificadas em função do meio de violência empregado, 95% foram praticadas com uso de arma de fogo e apenas 5% ocorreram pelo uso de outros meios (faca, facão, canivete, entre outros). A partir de dados oficiais e relatos coletados junto aos moradores sobre o contexto e os possíveis agentes dessas mortes, verificou-se que 70% se deram durante operações policiais, o que permite caracterizá-las como mortes por intervenção de agentes do Estado, em contraposição aos outros 30%, provocadas por membros de redes ilícitas e criminosas.

Segundo dados do ISP há uma tendência no estado de queda da letalidade violenta, porém, observa-se um aumento de morte provocada por intervenção dos agentes da segurança pública. Em 2019, o Rio de Janeiro teve 1.810 mortes cometidas por intervenção policial, contra 1.534, em 2018. Em contraponto, as mortes violentas que contabilizaram 6.714 casos em 2018, diminuíram para 5.964, em 2019. Comparando os dados do estado de 2018 e 2019, foi possível observar uma queda de 11% na letalidade violenta, porém, no mesmo período houve um aumento de 18% das mortes por intervenção de profissionais da segurança.

> A cada **7 dias uma pessoa morreu** na Maré. Esse número representa mais que **o dobro de mortes** em comparação com o ano de 2018”

6. Em 2019, especificamente, identificamos uma morte violenta que não estava relacionada ao contexto de violência armada; porém, optou-se por não incluir esse caso na análise deste boletim por entendermos que o escopo desta pesquisa versa sobre os impactos da violência armada na região. Qualquer análise sem o devido rigor na coleta e sistematização sobre as outras categorias de morte violenta poderia comprometer os resultados aqui apresentados.

VÍTIMAS DE LETALIDADE VIOLENTA NA MARÉ | 2019

49
VÍTIMAS

95%
DAS MORTES TIVERAM COMO MEIO EMPREGADO
ARMA DE FOGO

96%
PRETOS OU PARDOS

94%
DO SEXO
MASCULINO

85%
COM IDADE ENTRE
15 E 29 ANOS

A cada dez mortes por letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro em 2019, três foram em intervenção de agentes do Estado.

A partir da análise dos dados apresentados nesse boletim, pode-se concluir que a realidade nas favelas da Maré é ainda mais impactante: das 49 vítimas de letalidade violenta, 34 se deram por intervenção de agentes do Estado, ou seja, a cada 10 vítimas letais, 07 ocorreram em operações policiais. Em 2019 foi registrado o maior número de mortes por intervenção das polícias nos últimos anos na região. Comparando os dados dos anos de 2016 e 2019, percebe-se que em um período de três anos dobrou o número de mortes por intervenção de agentes do Estado — 17 mortes em 2016, e 34 mortes em 2019.

Conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública referentes ao ano de 2018, das mortes violentas no Brasil, 11 a cada 100 foram provocadas pela polícia. O perfil das vítimas é 99,3% de homens, 77,9% com idade entre 15 e 29 anos e 75,4% pretos ou pardos. Nas favelas da Maré, a letalidade sobre homens jovens pretos ou pardos é ainda mais acentuada que no nível nacional, 94% das vítimas de letalidade violenta são do sexo masculino, 96% das que tiveram sua cor/raça identificada eram negras[7] e 85% das vítimas que tiveram a faixa etária identificada tinham entre 15 e 29 anos.

Considerando apenas a letalidade violenta por intervenção policial, observamos que 100% das vítimas foram identificadas como pardas ou pretas. O que significa dizer que nenhuma pessoa branca morreu em operações policiais na região das favelas da Maré em 2019. Esse é um dado importante, pois mostra que é justamente essa parcela da população a mais atingida pela violência policial e que, portanto, está evidente uma componente racial explícita nesses números.

Em harmonia com essa ideia, uma pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) e pelo Senado Federal constatou que 56% da população brasileira concorda com a afirmação de que "a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco". O estudo demonstra que, para 55,1% dos entrevistados, é correto afirmar que "a principal causa de homicídios de jovens pretos ou pardos é o racismo".

7. A prioridade é que a família identifique a cor/raça da vítima de letalidade violenta. No entanto, as circunstâncias da tragédia dificultavam a coleta desse dado. Nesse sentido, adotamos a metodologia de heteroidentificação a partir da análise do corpo ou de foto das vítimas de letalidade violenta.

MORTES EM OPERAÇÕES POLICIAIS

BRASIL 2018

11%

DAS **MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS** FOI POR INTERVENÇÃO DOS **AGENTES DO ESTADO**

MARÉ 2019

70%

DA **LETALIDADE VIOLENTA** OCORREU POR INTERVENÇÃO DOS **AGENTES DO ESTADO**

Como se sabe, a banalização da vida do jovem negro aparece nos dados de letalidade violenta ano após ano. Se a ciência do século XIX afirmava que o homem negro tinha biologicamente tendências à criminalidade, fortalecendo a ideia de um "criminoso-nato", atualmente, o jovem negro, especialmente o favelado, é considerado, antes de tudo, um suspeito em potencial, e, consequentemente, um corpo "matável". Historicamente, identificarmos nas práticas de uma parcela dos profissionais de segurança pública como o racismo se manifesta. Por essa razão, o racismo estrutural precisa ser enfrentado de forma severa pela sociedade brasileira, superando o senso comum que constrói uma visão estereotipada sobre esse perfil de jovem e, consequentemente, sobre os moradores de favelas e periferias do país.

Na Maré, a partir dos dados levantados durante os atendimentos das famílias e dos relatos de testemunhas dos crimes durante as operações policiais, é possível afirmar que 70% das mortes por intervenção de agentes do Estado tiveram indícios de mortes intencionais. Laudos cadavéricos e relatos de familiares apontam que estas vítimas foram alvejadas na região da cabeça, do tórax ou pelas costas, o que reforça a ideia desse tipo de homicídio.

Outro elemento que corrobora os relatos é a ausência de sinais de confrontos armados nos locais das mortes conjugado ao relato de moradores sobre tiros pontuais, sem de troca de tiros. Em contraponto, quando consultamos as Polícias Civil e Militar sobre esse modelo de atuação, recebemos uma resposta padrão de ambas as corporações, que "suspeitos foram feridos em troca de tiros, socorridos e encaminhados ao hospital". Essa narrativa opõe-se aos relatos dos moradores e às informações fornecidas pelos hospitais, que, na maioria dos casos, afirmam que a vítima chegou morta à unidade de saúde.

> Moradores das diferentes favelas que compõem a Maré relatam que os policiais falam recorrentemente a frase: **"A ordem é atirar para matar!"**

Relatos de moradores indicam que, pelo menos, em cinco incursões policiais distintas no ano de 2019, nas quais aconteceram 14 mortes, as vítimas estavam desarmadas ou se renderam. Nessas ocasiões, em diferentes favelas da Maré, algumas pessoas disseram ter ouvido, de profissionais que estavam atuando na operação, a frase dita pelo governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, divulgada na imprensa, em 09/07/2019, no Jornal Valor Econômico: "A ordem é atirar para matar". Esse fato é gravíssimo, pois atenta frontalmente contra a vida, contra o Estado democrático de direito, contra a Constituição brasileira e contra todas as leis do país que tratam da segurança pública.

Motivada por essa realidade, a Redes da Maré segue defendendo que a Maré é cidade. Dessa forma, os direitos fundamentais devem valer nesse espaço como em qualquer outro lugar. Acreditamos na importância de construir mecanismos eficientes de combate à criminalidade nos territórios de favelas e periferias, que não tenham a violência letal como a principal estratégia da política de segurança.

TABELA 8 | **MORTES POR INTERVENÇÃO DE AGENTE DO ESTADO** | TAXA POR 100.000 HABITANTES

	2016	2017	2018	2019
ESTADO DO RJ	5,5	6,6	9,0	10,5
CIDADE DO RIO DE JANEIRO	7,1	8,0	8,5	10,9
MARÉ	**12,1**	**14,2**	**13,1**	**23,4**

TABELA 9 | **CONTEXTO EM QUE OCORREU A LETALIDADE VIOLENTA**

IMPACTOS DAS AÇÕES DOS GRUPOS ARMADOS		15
IMPACTOS DAS PERAÇÕES POLICIAIS	POLÍCIA MILITAR	24
	POLÍCIA CIVIL	10
TOTAL		**49**

GRÁFICO 3 | **LETALIDADE VIOLENTA X MORTES POR INTERVENÇÃO DE AGENTES DO ESTADO**

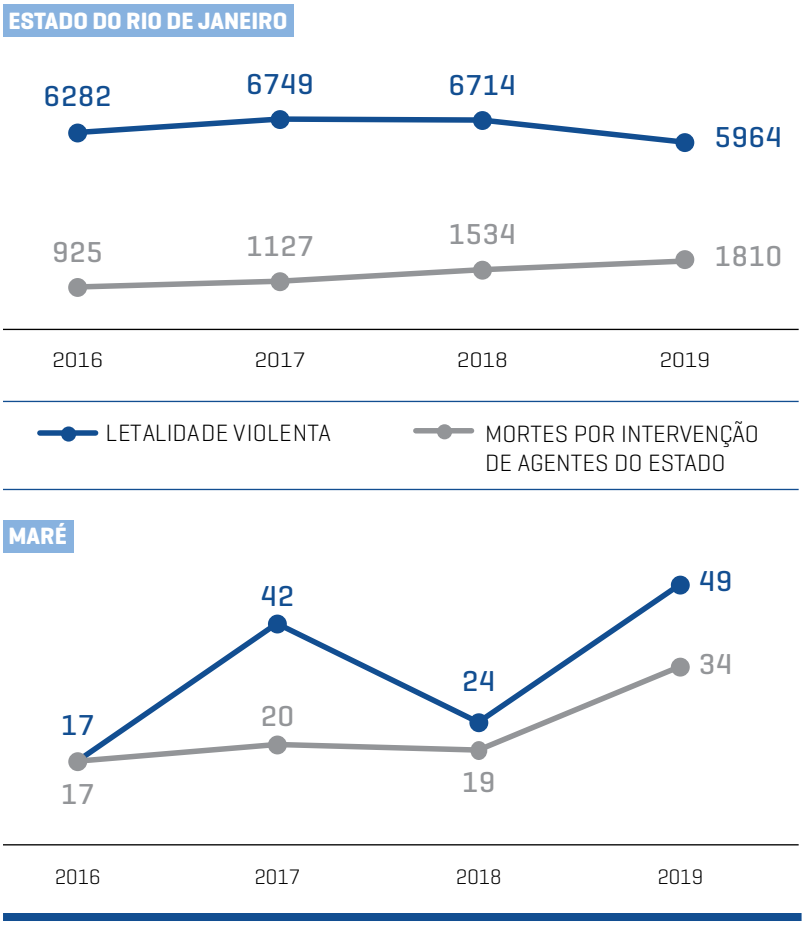


FOTO: DOUGLAS LOPES

FOTO: DOUGLAS LOPES

Ação Civil Pública da Maré e o Movimento das Cartas da Maré

No Boletim pelo Direito à Segurança Pública na Maré de 2018 vimos que enquanto os números dos impactos da violência armada em todo o Estado do Rio de Janeiro mantinham a tendência de aumento, os índices nas favelas da Maré diminuíram. Dentre os possíveis fatores contribuintes para esse fato está o estabelecimento da Ação Civil Pública da Maré — ACP —, desde 2017, a qual tem sido um instrumento importante de controle social sobre a política de segurança pública na região. Destacamos, ainda, a mobilização permanente da população e organizações locais, como o projeto "De Olho na Maré", o movimento de mães e familiares de vítimas e o Fórum Basta de Violência: outra Maré é Possível, que reúne várias instituições públicas e da sociedade civil com atuação nas favelas da Maré.

A ACP Maré continua em vigor e vem contribuindo para a diminuição dos impactos da violência armada na região. Porém, no início de 2019, percebemos um aumento expressivo das operações policiais, sobretudo, com uso do helicóptero como plataforma de tiro, acompanhado do aumento da letalidade violenta. A mudança de representantes governamentais, ao nível estadual e federal, que defenderam, desde o período eleitoral, uma política de segurança pautada no enfrentamento bélico e letal às redes ilícitas e criminosas, pode ter impactado tanto no aumento das ações policiais como na ampliação do uso de aparato bélico. Essa forma de atuação faz com que cheguemos à marca expressiva, em 2019, de 34 pessoas assassinadas em incursões policiais.

Além dessa postura intransigente e fora do que prescreve a lei por parte dos novos governantes, no estado do Rio de Janeiro as mudanças na gestão local da segurança pública e legislativas enfraqueceram os processos de diálogos e de participação social na construção da política de segurança e, também, o controle externo da atividade policial. Dentre essas mudanças destacamos: a extinção da Secretaria Estadual de Segurança Pública, da Ouvidoria de Polícia e do Conselho Estadual de Segurança Pública. Outro fator que contribuiu para a deterioração desse processo foi o "Pacote anti-crime", por algumas propostas que respaldam a política equivocada em vigor do Rio de Janeiro.

No âmbito das 16 favelas da Maré, representantes das forças policiais qualificaram publicamente a ACP da Maré como um instrumento jurídico que criava muitas amarras para a atuação policial na região, tendo o Governador afirmado através da mídia que iria "sepultar essa ACP". Acreditamos que essa visão pode ter interferido, diretamente, na atuação dos agentes de segurança pública na Maré, quando reconhecem o desprezo e o descumprimento das determinações da ACP pelos representantes políticos. Para se ter uma ideia da gravidade do não respeito dos policiais à ACP da Maré, há o fato de que essa medida prevê a disponibilização de ambulâncias em dias de operações policiais com vistas a socorrer possíveis feridos. Ao longo de 2019, a equipe da Redes da Maré tentou apurar a disponibilização desse serviço, porém, em nenhuma das 39 operações obteve sucesso, nem mesmo por depoimento de terceiros. Caso a ambulância e paramédicos estivessem de plantão durante as operações policiais, situações como a ocorrida em 12 de junho de 2019 com a moradora Sheila Machado de Oliveira — que foi alvejada na favela da Nova Maré e, socorrida por vizinhos, faleceu a caminho da UPA da Vila do João — poderiam ter sido evitadas.

A operação que vitimou a citada moradora ocorreu entre os dias 10 e 13 de junho de 2019 e abrangeu 14 das 16 favelas da Maré. Diante da ausência de informações sobre o objetivo da mesma, moradores, mães de vítimas da violência do Estado, associações de moradores e outras instituições da sociedade civil foram ao Plantão Judiciário informar o descumprimento sistemático da ACP da Maré durante as operações.. Em paralelo, a Defensoria Pública e o Ministério Público cobraram esclarecimentos sobre a referida operação policial dentro do processo judicial da ACP. Após um despacho favorável, quando o Juiz intimou os responsáveis pela operação policial, a Juíza natural do caso assumiu novamente o processo e, no dia 19 de junho, suspendeu os efeitos da Ação Civil Pública.

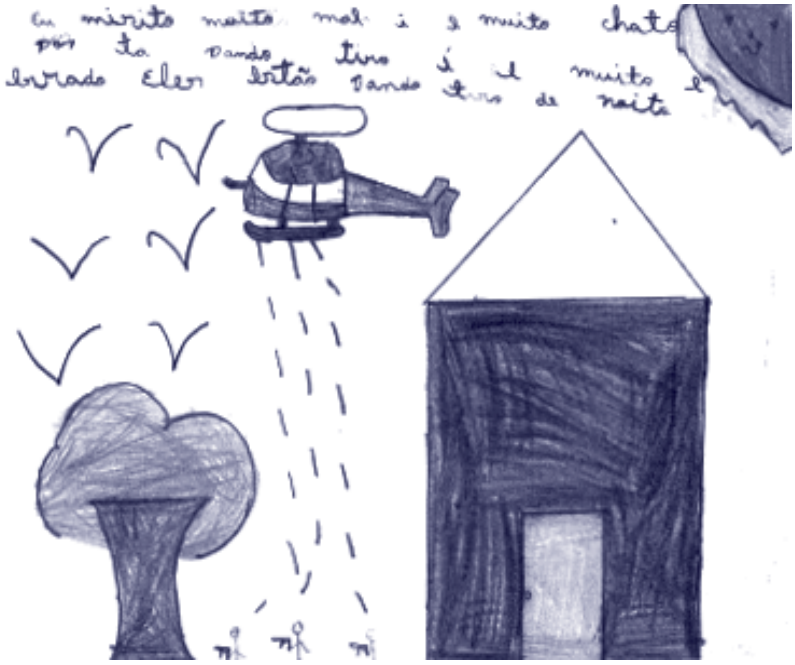
Em resposta, a Defensoria Pública, apoiada nos dados da letalidade violenta apurada pelo projeto "De Olho na Maré" entrou com recurso para o restabelecimento da ACP da Maré e, ao mesmo tempo, a Redes da Maré deu início a uma série de mobilizações no território, a fim de reverter essa decisão. Uma das ações propostas foi para que os moradores escrevessem cartas aos juízes expressando como vivem e sentem o momento em que os confrontos armados acontecem nas diferentes favelas da Maré. Além disso, como essa situação afeta suas vidas e limita as suas atividades diárias. Nessa provocação por uma resposta coletiva da população da Maré à suspensão da ACP foram reunidas, em dois meses, 1.509 cartas, sobretudo, de crianças, adolescentes e jovens, que manifestaram, de diversas maneiras, o sentimento de quem vive em meio à violência armada nesse território.

> "A mudança de representantes governamentais que defendem uma política de segurança pautada no **enfrentamento armado e letal** às redes ilícitas e criminosas pode ter impactado tanto no **aumento das ações policiais** como na **ampliação do uso de aparato bélico**"

FOTO: DOUGLAS LOPES

No dia 12 de agosto, no mesmo dia em que a Defensoria Pública solicitou formalmente no processo o restabelecimento da Ação Civil Pública da Maré, um grupo de cerca de 100 moradores e representantes de instituições da sociedade civil atuantes na região da Maré foram ao Tribunal de Justiça para entregar as cartas ao desembargador Claudio de Mello Tavares, então presidente da Casa. Contudo, o grupo não foi recebido por representantes do Judiciário.

Em dois meses foram reunidas **1.509 cartas**, sobretudo, de crianças, adolescentes e jovens, que manifestaram, de diversas maneiras, o sentimento de quem vive em meio à **violência armada**"



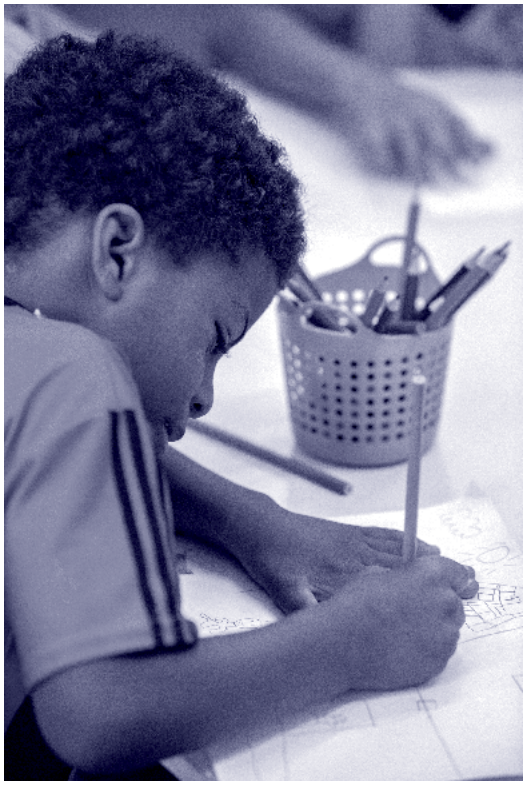


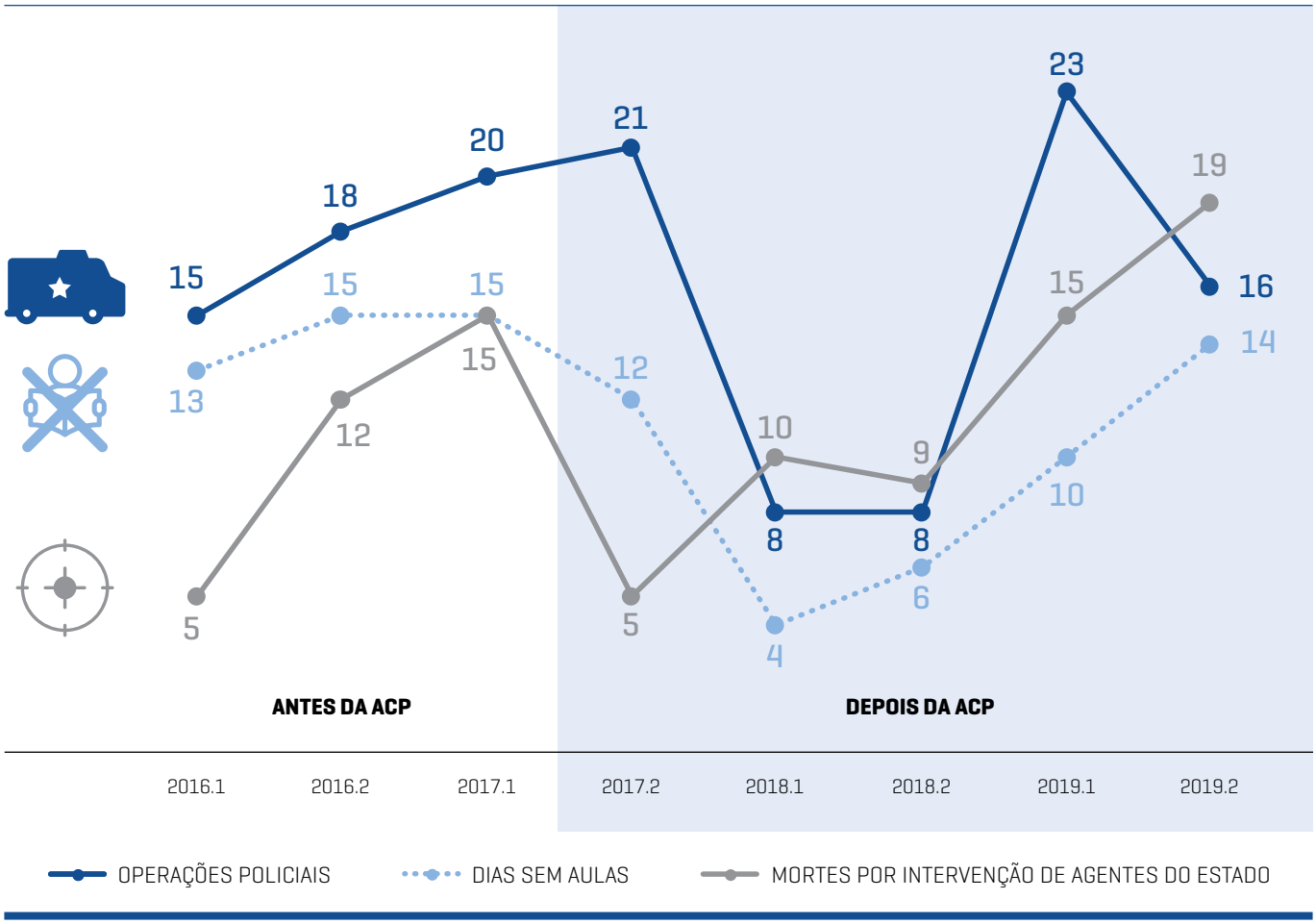
FOTO: DOUGLAS LOPES

As cartas foram protocoladas e, no dia seguinte, arquivadas pelo presidente do Tribunal de Justiça que, inclusive, questionou a veracidade delas: "precisamos saber se aquelas cartas foram feitas pelas crianças, se não foram encomendadas", disse o representante do Tribunal de Justiça, de acordo com o que foi veiculado na mídia. As "Cartas da Maré", junto com a estratégia jurídica, repercutiram na mídia nacional e internacional e conseguiram, por fim, sensibilizar o Desembargador Jessé Torres que decidiu, no dia 14 de agosto, retomar a ACP da Maré. Esta entrou novamente em vigor, ainda em regime provisório, até que o caso seja julgado.

Como se pode perceber, as Cartas da Maré, para além de um movimento político, foi também um momento em que as vozes dos moradores dessa região da cidade, seus sentimentos, sonhos e aspirações, tivessem possibilidade de chegar a um processo judicial através do qual puderam ser vistas e lidas pela sociedade. Romper a invisibilidade das violências que acontecem nos dias de operação policial é de suma importância para implicarmos a cidade no debate da violência armada nas favelas e periferias do Rio de Janeiro.

O MOVIMENTO DOS MORADORES DA MARÉ IMPACTOU NA REDUÇÃO DAS OPERAÇÕES POLICIAIS NO 2º SEMESTRE. COMPARANDO O 1º E 2º SEMESTRES DE 2019, OBSERVA-SE UMA **REDUÇÃO DE 30% NAS OPERAÇÕES POLICIAIS**. PORÉM, HÁ DE SE DESTACAR QUE AS OPERAÇÕES NO 2º SEMESTRE, EM SUA MAIORIA, FORAM **OPERAÇÕES PLANEJADAS E DE LONGA DURAÇÃO**. NO ENTANTO, AS OPERAÇÕES NO 2º SEMESTRE SE MOSTRARAM **MAIS LETAIS EM 26%** E TROUXERAM UM MAIOR IMPACTO PARA O **FECHAMENTO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS**, COMO AS ESCOLAS **EM MAIS DE 50%**.

GRÁFICO 4 | **DADOS RELATIVOS A OPERAÇÕES POLICIAIS NA MARÉ A PARTIR DOS MARCOS TEMPORAIS DA ACP DA MARÉ**



Considerações finais

Por tudo que se apresentou neste Boletim, é possível afirmar que a violência letal continua sendo um dos maiores problemas enfrentados pelos moradores das favelas da Maré e pelas instituições que atuam na região. A violência é a expressão máxima de nossas desigualdades como sociedade, já que está apoiada numa visão sobre as favelas e seus moradores que os define como "perigosos" ou como "exército inimigo". Tal visão é a premissa das ações truculentas dos agentes do Estado, sempre defendidas através do discurso da "guerra às drogas"e apresentadas à sociedade como necessárias para "manter a ordem".

O fato é que esse quadro de violência e desrespeito aos direitos básicos, como o direito à vida, afeta o presente e ameaça o futuro dos moradores da Maré. Isso se expressa com clareza nas "Cartas da Maré", escritas por crianças, adolescentes e jovens que têm a vida ameaçada cotidianamente em casa, nas ruas e nas escolas, e que apresentam suas angústias, medos e incertezas quanto ao futuro.

Por isso, é preciso denunciar os abusos cometidos e cobrar do Estado uma nova postura com relação a sua política de segurança tal como se faz presente nos espaços populares. Não será com mais ações violentas que as questões de segurança serão superadas. Pelo contrário, é preciso que a política de segurança tenha como pressuposto básico a garantia da vida e que as ações do Estado protejam e invistam na infância e na juventude das favelas da Maré e de todo o Estado do Rio de Janeiro.

Esse pressuposto precisa ser traduzidos em políticas públicas para que a Maré e as outras favelas e regiões periféricas do país tenham uma qualidade de vida melhor. É apostando em políticas que consolidem a democracia e a cidadania que o país poderá projetar um presente e um futuro melhores para todos os seus cidadãos. Este Boletim é um alerta nesse sentido. Precisamos, urgentemente, de outra política de segurança pública. Precisamos de uma política de segurança que reconheça esse direito a todas e todos.

FOTO: DOUGLAS LOPES

2019_REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ

R. Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda – Maré
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 21044-242

Telefones: (21) 3105-5531
(21) 3104.3276

comunicacao@redesdamare.org.br
www.redesdamare.org.br
@redesdamare

DESIGN:
Mórula_Oficina de Ideias

APOIO:
actionaid
FORDFOUNDATION

16 ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DA MARÉ

REALIZAÇÃO:
redes da maré

REDESDAMARE.ORG.BR/PUBLICACOES

redes da maré